

DE QUE MANEIRAS A EDUCAÇÃO BANCÁRIA CORROBORA A DESUMANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES, O SILENCIAMENTO DE INDIVÍDUOS E PRÁTICAS EXCLUDENTES DE ENSINO?

Ana Beatriz Rocha De Carvalho

Durante o primeiro semestre de 2020, cursei a matéria ‘Campos de atuação e investigação: Psicologia Escolar I’, em que debatemos acerca de diversas temáticas que envolvem a educação e a psicologia, como, por exemplo, a medicalização e o diagnóstico, o processo de escolarização e a educação inclusiva ou excludente. Ao debatermos sobre o processo de escolarização, tocamos no ponto da diferença entre um modelo de educação libertadora e uma educação bancária, discutidos por Paulo Freire, e de que maneiras essas práticas podem afetar a vida dos indivíduos. Uma questão desse debate que me tocou de modo significativo, e aqui tento elaborar de maneira mais profunda, foi: de que maneiras a educação bancária corrobora com a desumanização das relações, o silenciamento de indivíduos e práticas excludentes de ensino?

Em oposição à educação libertadora, Freire (1987) define a educação bancária como aquela em que o educador faz “comunicados”, em vez de se comunicar, e depósitos, que os estudantes irão pacientemente receber, memorizar e repetir. Nesse tipo de educação, o educador é o sujeito da narração que conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. O educando é então metaforicamente visto como uma vasilha, logo, quanto mais cheia de depósitos, melhor o educador, e quanto mais facilmente se permitir “encher”, melhor o educando. Entretanto, o autor afirma que não há saber nessa visão distorcida da educação, pois só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente e esperançosa que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros.

Para além do modelo de educação, Silva (2003) afirma que persistem ainda hoje e estão presentes no cotidiano das escolas de grandes cidades ou de municípios no interior dos estados brasileiros, na sociedade brasileira, práticas autoritárias e patrimoniais historicamente alimentadas, decisões elaboradas pelo alto poder governamental por um grupo de “iluminados” e “sábios” que se diziam porta-vozes daquilo que a escola pública brasileira mais precisava. Logo, a revitalização do autoritarismo, da verticalidade, do gerenciamento, do apadrinhamento e do clientelismo nas relações sociais e políticas está presente, ainda hoje, na concepção de gestão racional do sistema educacional brasileiro.

Outro fato apresentado por Silva (2003) acerca da realidade brasileira é o de que a ingerência das organizações financeiras internacionais alcança as nossas instituições sociais, em especial as educacionais, que pressionam e manipulam indicadores econômicos. Para que possa sobrar uma parte de dinheiro para pagar os banqueiros e credores, insistem na redução de recursos para saúde, educação, cultura, produção científica e tecnológica.

A instituição escola pública, inserida no conjunto de reivindicações sociais dos trabalhadores, é de fato uma instituição de controle social, entretanto é resultado de conflitos políticos, religiosos, sociais e ideológicos que percorreram o contexto europeu entre os séculos XVI e XIX, entre autoridades religiosas, poder político estatal e da classe burguesa em ascensão também (Silva, 2003).

O controle social é exercido nessa instituição de acordo com aqueles que a veem como reprodutora da ordem socioeconômica. De acordo com essa lógica, sua função é, portanto, ajustar os indivíduos ao modelo civilizatório dirigido pelos dominantes e prepará-los para desempenhar papéis sociais pré-definidos, pois essa está a serviço de um modelo de sociedade assentada em profundas desigualdades. Apesar da sociedade escolarizada defender a ideia de que a educação pode ser utilizada como meio para diferenciar os indivíduos e, concomitantemente, instrumento de equalização social, na realidade o que acontece é a adaptação dos indivíduos às normas e aos valores vigentes numa sociedade de classes. Esta afirma que a sociedade deve estar em harmonia e equilíbrio, e o elemento condicionante para a sobrevivência dessa maneira é a educação atribuída aos indivíduos (Silva, 2003).

Há também aqueles pensadores que percebem a escola como instituição a serviço da ideologia do Estado, aparelho ideológico. De acordo com essa análise, a função da escola é a conformação dos comportamentos e a inibição daqueles indesejáveis. As maneiras de inculcação podem ser dissimuladas ou explícitas com a finalidade de tornar os interesses particulares, ou de um grupo, como universais e inevitáveis dentro da mesma ordem. Por fim, os pensadores alinhados com o materialismo histórico dialético, acreditam que a escola é uma instituição que pode estar a serviço da transformação. Para tal transformação, muitos estudiosos indicam constantes conflitos entre as classes sociais e as lutas dos trabalhadores na defesa dos direitos sociais, entre eles os educacionais (Silva, 2003).

No que tange à questão de uma educação excludente, Souza (2017) afirma que, com o aumento da população, nas décadas de 1950 e 1960, o processo de urbanização crescente e o consequente aumento de demanda por escolarização, a necessidade de selecionar, e dessa forma também excluir, pessoas no acesso a cursos superiores se configurou como uma das questões importantes da educação nacional.

Souza (2017) expõe que a cultura do exame vestibular nasceu com o vestibular unificado, em 1968, um monstro que assombrava toda a educação nacional e só foi abolido em 1996 com o advento da atual lei de diretrizes e bases da educação. Entretanto, essa abolição ocorreu apenas na letra da lei visto que essa cultura permanece viva e presente em nossas escolas. Essa afirmação se faz perceptível pelo fato de que a adoção do termo mais generalista “processo seletivo” não bastou para produzir mudanças significativas nas modalidades de ingresso ao ensino superior e, como consequência, em toda a orientação da educação básica.

Souza (2017) afirma também que o assombramento do futuro ingresso de estudantes em cursos de nível superior tem orientado muitas das práticas desenvolvidas em escolas, principalmente nas privadas, dado que, além de tudo, ainda necessitam convencer seus clientes de sua eficácia em relação àquilo que a sociedade entende ser a finalidade da educação básica. É fato também que a sociedade entende a função da escolarização como um ensino puramente propedêutico, voltado para a aprovação no vestibular à espera de uma vida digna, em contraposição ao restante da população, a quem restariam os empregos de menor qualificação e, como consequente, de menores níveis salariais. Tendo então toda a sociedade a mesma visão da finalidade da escolarização, não sobram aos docentes muitas opções de atuar em escolas de maneira diferente e, normalmente, não o fazem.

Da mesma maneira, esse tipo de orientação do trabalho se mostra no cotidiano escolar, revelando que a motivação única para o trabalho parece ser a aprovação ao final do ano letivo e, para tanto, os interesses discentes se voltam para aquilo que proporciona tal aprovação, ou seja, notas. Nesse sentido, os estudantes permanecem se coisificando ou se desumanizando em seus processos de escolarização, enquanto nossas escolas permanecem em sua sina histórica, a reproduzir velhas práticas que dificilmente conduzem a aprendizagens. Seguimos desenvolvendo discursos e depositando informações redundantes nas mentes dos estudantes devidamente convencidos de que tudo se justificará no porvir (Souza, 2017).

Não pretendo com esse texto, de maneira alguma, esgotar o desenvolvimento da questão levantada. Ademais, acredito que uma prática de educação libertadora é possível se entendermos bem todas as limitações e impossibilidades advindas da prática bancária, assim como nossos objetivos e ideais de educação. Torna-se clara a necessidade de mais estudos e pesquisas acerca da temática abordada.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SILVA, M.A. Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira. **Cadernos. Cedes**, Campinas, v. 23, n.61, p.283-301, dezembro 2003.

SOUZA, J.M.E. **Escola! Cuidado crianças: o cotidiano escolar e as (im)possibilidades de educação libertadora**. (Tese de Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília. Brasília, 2017.